

CURSO DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

1 Objetivo

Permitir os participantes ampliar o conhecimento e compreensão da estrutura, função e desafios da jurisdição constitucional brasileira.

2 Público-Alvo

Profissionais dos órgãos da jurisdição constitucional brasileira, com ênfase nos magistrados, assessores e técnicos do Poder Judiciário.

3 Duração

O curso tem duração proposta de 20 horas sendo dividido em 4 módulos em 2 encontros.

4 Metodologia

O curso adota o método de aula expositiva, porém, com a utilização de vários recursos metodológicos disponíveis como o uso de multimídia, tal qual projetor e datashow, bem como, o estudo de análise de casos concretos e da legislação.

CURSO DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

5 Coordenação e Corpo Docente

Dr. Plauto Cardoso

Professor da pós-graduação da Universidade de Bolonha na Argentina no Programa de *Especialización en Justicia Constitucional y Derechos Humanos*, da Pontifícia Universidade Católica (PUC/Minas) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Rio). Professor convidado da graduação do Departamento de Direito Público da Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Cátedra de Teoria do Estado da Universidade Palermo (UP), em Buenos Aires, Argentina. Professor convidado da Escola Superior de Magistratura do Piauí (ESMEPI) e da Escola Judiciária do Piauí (EJUD-PI). Presidente do Instituto Ñandé, diretor do *Instituto de Derecho de Integración* da Associação Argentina de Justiça Constitucional (AAJC) e Diretor Educacional da Cátedra para a Solidariedade e a Paz do Parlamento Internacional dos Estados para a Segurança e Paz das Nações Unidas (ONU). Sócio fundador da banca Cardoso & Cardoso Advogados. Doutorando em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA), Master of Laws - LL.M em Litigation – Novos desafios dos Contenciosos, pela Fundação Getúlio Vargas – FGV-Rio. Especialista em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires (UBA). Mestre em Literatura Inglesa pela Universidade de Sussex, Inglaterra e Especialista em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília (UnB). Editor chefe da Revista Latino-Americana de Estudos Políticos e do Estado, IJ Editores, Argentina.

Dr. Emerson Affonso da Costa Moura

Professor Convidado do Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro (EMERJ). Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Especialista em Direito Administrativo da Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder do Laboratório de Pesquisa de Jurisdição Constitucional Brasileira da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Vice-presidente da Comissão de Direito Administrativo e Membro da Comissão de Direito Constitucional do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). Editor chefe da Revista de Direito Público Contemporâneo.

CURSO DE JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

6 Programação

Módulo 1 – Teoria da jurisdição constitucional brasileira

- A jurisdição constitucional e o controle de constitucionalidade no Brasil
- Desenho institucional do controle na Constituição Federal de 1988
- O Poder Judiciário como jurisdição constitucional brasileira

Módulo 2 – Elementos da jurisdição constitucional brasileira

- A expansão do controle de constitucionalidade e a judicialização política e social
- A atuação ativista das cortes constitucionais
- O consequentialismo na jurisdição constitucional brasileira

Módulo 3 – Procedimento na jurisdição constitucional brasileira

- Elementos gerais do procedimento no processo constitucional
- Os precedentes judiciais e as cortes constitucionais
- O efeito erga omnes e a vinculação do Poder Judiciário e Adm. Pública

Módulo 4 – Controle e participação na jurisdição constitucional brasileira.

- O papel do Poder Legislativo nas decisões da corte constitucional
- O *amicus curae* e as audiências públicas no processo decisório
- Opinião Pública e a corte constitucional como representante argumentativo
- O Controle do ato administrativo como fundamento de justiça social e pilar democrático